



Suprema Corte argentina abriu 75 processos sobre crimes da ditadura militar

A Suprema Corte Argentina informou que desde 2008 já abriu 75 processos sobre crimes cometidos na ditadura militar (1976-1983). O levantamento foi divulgado no último domingo, dia 24 de março, quando o golpe militar de 1976 completou 37 anos. Cerca de 30 mil pessoas desapareceram durante o regime militar, que durou até 1983. Entre os desaparecidos estão cerca de 500 crianças, sequestradas junto com os pais ou nascidas em cativeiro — que foram entregues para adoção com identidades falsas.

Os integrantes das juntas militares, que governaram o país na ditadura, foram julgados e condenados em 1985. Centenas de denúncias de tortura e assassinato levaram a Justiça a abrir outros processos, mas os acusados foram beneficiados por duas leis de anistia: Ponto Final (1986) e Obediência Devida (1987). Em 1989 e 1990, os condenados no Julgamento das Juntas foram indultados pelo então presidente Carlos Menem.

Em 2003, os crimes do passado voltaram à tona, quando o então presidente Néstor Kirchner enviou um projeto de lei ao Congresso, revogando o perdão a responsáveis por crimes de lesa-humanidade. Os julgamentos foram reabertos. Este ano, foram três, segundo o levantamento da Suprema Corte.
Com informações da Agência Brasil.

Date Created

25/03/2013